

A INSPIRAÇÃO DE FERNÃO DE MAGALHÃES

ALOCUÇÃO PROFERIDA PELO SR. HENRIQUE
LOPES DE MENDONÇA

O que reveste de passageira gala as palavras que vou pronunciar é a delegação com que me honrou a Academia das Ciências de Lisboa para a representar nesta cerimónia. Assim quis a velha Academia, demasiado indulgente para as deficiências do seu escolhido mandatário, testemunhar a sua consideração por seu ilustre irmão post-nato, o Instituto de Coimbra, acedendo ao cativante convite para aqui se associar à festa comemorativa que ela hoje celebra igualmente na sua sede. Em nome dela, eu começo por endereçar saudações calorosas ao Instituto, que há bastantes anos imerecidamente me exaltou com o diploma de seu sócio.

E, já que me foi dada a inesperada honra de discursar nesta sala, cheia de luminosas tradições, seja-me lícito render homenagem à veneranda Universidade, alma mater da ciência portuguesa. Não tenho ligadas a ela recordações da minha juventude. Só num período adiantado da vida eu logrei a visão directa de Coimbra e das suas divinas belezas, desta vetusta Universidade, onde a erudição mais austera se entretece com a mais fascinante poesia, e desde então choro a minha mocidade perdida longe dêste manancial de inspiração. Chegado à velhice, confessarei que sinto um gozo inefável, mixto de orgulho e de indefinida ternura, ao perturbar

com a minha voz já cansada os ecos desta sala, que não repercutiram as modulações sonoras dos meus verdes anos.

Mas o meu sentimento de júbilo é atenuado pela preocupação das responsabilidades que ora me impendem. Êsses mesmos ecos, temo desmanchar-lhes as vibrações perduráveis, com que há cêrca de duas semanas os agitaram éstos de fervido entusiasmo. Aclamou-se a França, aclamou-se a Inglaterra, aclamou-se a Itália, unidas a Portugal na maior guerra da História. Celebrou-se uma das mais características cerimónias, que se integraram na consagração dos nossos mortos heróicos. E a Portugal inteiro comoveu o brilhante coroamento que a admirável cidade dos estudantes deu às solenidades imponentes de Lisboa e da Batalha e às festas entusiásticas do Pôrto.

Ilustres representantes do Congresso e do Govêrno da República; meus insignes consócios do Instituto; doutores e doutorandos de uma das mais antigas Universidades do mundo; senhoras e homens da mais formosa cidade de Portugal; não julgareis, após essa radiosa efeméride, importuna e apagada a minha voz? Ouso esperar que não. Porque vou falar-vos de uma das maiores glórias desta terra que todos idolatramos; porque vou tentar prolongar o estremeção patriótico que abalou vossos corações e descerrou vossos lábios; porque as minhas palavras, desataviadas embora, mas guiadas por um espirito de justiça, tendem a fortalecer em vossas almas, ainda mesmo em confronto com as grandezas alheias, a consciência da grandeza nacional.

Para falar de Fernão de Magalhães, não precisa um português de sacrificar o seu amor pátrio nas aras do Humanitarismo. A naturalidade corpórea dêsse homem é um incidente, importante embora, mas que apenas secundariamente

interessa na sua biografia. O que se impõe sobretudo ao espírito do historiador é a inspiração do seu génio. E essa é exclusivamente portuguesa, tão portuguesa como a que alumiou o genovês Colombo.

As emprêças de ambos, reivindicamo-las como glória nossa. De Sagres partiu o primeiro relâmpago que vislumbrou pela redondeza do orbe. Das nossas plagas sarpam os navios que marcaram na Madeira a primeira escala para as regiões do Oriente, nos Açores a primeira escala para o desconhecido Ocidente. Estradas perisféricas, braços com que a alma portuguesa ia abraçar o mundo!

Gil Eanez, Diogo Cão, Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, rasgaram a rota oriental nas águas do Atlântico e do Índico. Mas ao passo que essa obra gigantesca se ia ultimando, não merecia aos portugueses menos esforços, se bem que obscuros, a estrada oposta. ¿Como não seria assim? Sentinelas avançadas da civilização europeia e cristã, os açorianos, principalmente, alongavam pelo mar imenso o olhar aquilino, à espreita dessas entre-sonhadas ilhas com que os geógrafos medievos povoavam a amplidão do Atlântico. Relíquias de vida vegetal terrestre, acaso até de vida humana, arremesadas às praias insulares, atestavam na sua mudez a existência de remotos mundos. ¿Era porventura admissível que o espírito aventureiro dêses colonos não se sentisse atraído para o mistério do pélago, onde à sua vista todos os dias o mergulhar do sol espadanava em jactos de ouro e pedrarias? ¿Não era natural a sua ânsia para que mais longe os conduzissem os baixéis que àquelas solidões ignotas os haviam transportado já? Só a malevolência ou a inveja poderiam pôr em dúvida os estímulos dessa curiosidade ardente, embora nenhuns documentos testemunhassem o reiterado impulso de a satisfazer.

¿Sim! dêses ninhós ocupados em pleno Oceano por uma raça insaciada e insofrida, soltam a miúdo o rumo para as

bandas do poente as velas exploradoras. É uma pertinaz epopeia náutica, cujo segrêdo rolaram e enguliram as ondas ávidas. Desdenhosos da própria glória, os heróis deixaram que se lhe apagassem os vestígios. Estes apenas transparecem na carcomida papelada dos arquivos, num que outro pormenor de nomenclatura geográfica, porventura nalgum enigmático brasão heráldico.

¡Sim! certeza absoluta da existência de ilhas, suspeita de um continente ocidental, firmam-se no espírito dos navegadores portugueses, desde que se defrontam com o Mistério dos Mares! Estimula o Infante D. Henrique com doações e promessas a descoberta de ilhas ocultas. Seguem-lhe D. Afonso V e D. João II o exemplo. E da dinastia obscura dos audazes pesquisadores, sobrenadam os nomes de João Vogado, de Rui Gonçalves da Câmara, de Diogo e João de Teive, de Fernão Teles, de Fernão Domingues do Arco, e, mais particularmente, de Fernão de Ulmo e João Afonso do Estreito, que, em 1486, se arrojam a uma expedição para oeste, na procura expressa de ilhas ou terra firme.

Em 1486, note-se! Já por essa época o nobre espírito de Cristóvão Colombo se impregnara de ciência portuguesa, se infiltrara no solo português do sacro entusiasmo que saturava o ambiente. Formulara o seu plano, apresentara-o ao rei de Portugal. ¿Porque o enjeitou D. João II? Vários e ponderosos motivos houve para a recusa. Mas, se não o mais forte, decerto um dos mais importantes, foi a lacuna que se denunciava na previsão de Colombo. Faltava-lhe porventura o sangue português para suprir com intuição profética as deficiências do saber positivo. Não antevia, como os portugueses, a existência de uma terra firme, barreira formidável erguida entre as costas ocidentais do Velho Continente e as regiões misteriosas de Cipango e da Índia. Contentava-se com o mesquinho âmbito do globo, que Portugal antevia e anelava maior para nele caberem suas façanhas.

*

Mas, nesse ano de 1486, já Colombo, na côrte dos reis católicos, tentava realizar o sonho que só da inspiração portuguesa brotou, como Afrodite da espuma do Oceano. Genovês de nascença, castelhano agora de adopção, Colombo transformara-se em Colon; mas o seu espírito banhara-se nas águas lustrais da Aventura Lusitana, português era verdadeiramente, pelo impulso que na História o guiava, pela missão transcendente que o immortalizou. Em 1492 a cumpriu, descobrindo ao Ocidente a terra que êle julgou da Índia, mas que era na realidade o anteparo daquele Novo Mundo, visionado pela alma portuguesa. Para esta, tal acontecimento seria uma peripécia capital, mas não inesperada, do drama secular de que era a um tempo autora e protagonista. Era uma scentelha do seu génio que, refrangida no cérebro do Colombo, havia iluminado os confins do Atlântico.

De ora avante, para êsse titânico jôgo em que a Deus se disputa o mundo, surge ao lado de Portugal novo e poderoso parceiro. Poderoso, sim, pelos seus recursos de fôrça e riqueza; débil e subalterno, como planeta que só esplende à custa da radiação solar. É isto, é assim: deparou-se-me a lúcida metáfora. Portugal, pequeno astro de brilho infinito; as demais nações da Europa — Castela, Inglaterra, França — planetas que o tem por centro da sua órbita e que da sua luz se alimentam para entrever o mundo.

Por mais vezinha, é Espanha a primeira rival. Arrastou-a inopinadamente o sonho de Colombo. Para os extremos do poente estende o leão heráldico as garras convulsas. ¿Como disputar-lhe a prêsa? Falecem para tanto as fôrças da minúscula nacionalidade, rasgada no flanco hispânico. E vê-se então um prodígio: a terra cortada em dois quinhões, pelo vigário de Deus, para cevar a um tempo a voracidade do leão e a gula idealista da abelha.

Revertendo à realidade histórica, é o tratado de Tordesillas que ratifica e rectifica a partilha. A trezentas e setenta léguas para oeste das ilhas de Cabo Verde, se traça de polo a polo a barreira que divide os dois quinhões: para a Espanha o hemisfério ocidental; para Portugal a metade do Oriente. Mas embora! sob os castelos e os leões rompentos, como sob as quinas e a cruz de Cristo, é a alma portuguesa que vai cingir a terra.

Agora, não já encadeados pela ilusão cosmográfica de Colombo, mas conscientes, avisados, seguros, os portugueses tratam de recolher, do bloco terrestre que lhes coube em partilha, todos os tesouros pressentidos. De algumas dessas emprêsas nos chegaram notícias confusas, incompletas, indefinidas: é a viagem de João Lavrador, atestada pela toponímia americana; é a tentativa de Duarte Pacheco, depreendida de meia dúzia de linhas do *Esmeraldo*; outras ainda, que num diploma avulso acaso deixaram rastro, ou na tradição popular se nublaram de lendas.

Mas as duas expedições, que por sua importância e seu sincronismo revelam bem claro o propósito de alcançar os términos ocidentais da demarcação portuguesa, são as de Gaspar Côrte Real e de Pedro Álvares Cabral. Para noroeste navega o primeiro, talvez na rota traçada pela quilha de seu pai João Vaz, provavelmente na procura do rasgão setentrional que, através do Novo Mundo, abra a estrada do Oriente. Descobre uma vasta ilha adjacente ao Continente Novo... ? Descobre? Melhor diríamos porventura reconhece, porque a denominação de *Anunciada*, constante de documentos oficiais, exclui a total ignorância anterior dessa terra, mais tarde baptisada de *Terra Nova* e *Terra dos Bacalhau*s.

É no limiar do século XVI, expressamente em 1500, que a

expedição de Côrte Real conduz a estes resultados. Pouco antes, no mesmo ano, partira de Lisboa, no único ostensivo propósito de assentar na Índia a influência portuguesa, a poderosa armada de Cabral. A sua missão é, porém, mais complexa. Tem uma parte que a cautelosa política do rei de Portugal prescreve de secreta, para não alarmar o ciúme castelhano. E, quando a armada, intencionalmente dirigida para o poente, desentranha do pélagos, dentro dos limites assinalados ao nosso domínio, a região interminável e feraz de Santa Cruz, é com intenso júbilo que Pedro Álvares apouca de um lenho a força naval, para anunciar a D. Manuel o êxito de suas determinações e a realidade de suas suspeitas.

O meridiano da demarcação começa a definir-se na esfera. O seu ramo atlântico vinca fundamente a futura Sul América, talhando para Portugal a partilha porventura mais opulenta desse continente ainda misterioso.

Mas, circunnavegada a África, cortado por suas quilhas o Índico, converge para o Oriente o esforço dos portugueses. O primeiro e concreto propósito, que inspirava o grande Infante no seu eremitério de Sagres, estava alcançado: fôra traçada sobre o globo a derrota da Europa à Índia, em derredor da África. Agora, na mente desse extraordinário povo, surge uma ambição grandiosa, incomportável com o acanhado do seu território e com a pouquidade do seu número. É no cérebro potente de Albuquerque que ela germina, enforma, avulta. É o seu gênio que lhe dá impulso, que lhe estabelece os fundamentos formidáveis. Um império, ao lado do qual são mesquinhos os da antiguidade e da Idade Média, e de que apenas se aproxima o de Alexandre Magno. Império colonial que só dois séculos mais tarde uma grande nação, a Gran Bretanha, consegue realizar, segundo os delineamentos vigorosamente riscados por Albuquerque. Assim vão tornar-se os portugueses, conforme as palavras insuspeitas do

erudito professor inglês Beazley, os fundadores da moderna civilização comercial e do imperialismo europeu na Ásia.

Para metrópole oriental dêsse império, conquista Albuquerque a cidade de Goa. Para vértices do seu colossal triângulo estratégico escolhe Aden, Ormuz, Malaca. Quando chega a esta última paragem, aproxima-se Portugal dos limites orientais do seu hemisfério. Para êsse lado existe a terra opulenta das especiarias, as Molucas de que rezam os mercadores daquelas partes, os pilotos malaio e árabes. ¿Dentro ou fora da nossa demarcação? Os conhecimentos cosmográficos não permitem averiguá-lo. A altura de leste-oeste, o problema das longitudes, acha-se ainda isento de solução positiva. Não estão presentes os nossos rivais para dirimir a possível contenda. E Albuquerque, depois de assente o domínio português em Malaca, envia um dos seus capitães, António de Abreu, a descobrir o longínquo arquipélago, porventura a incorporá-lo dentro do sonhado império.

*

António de Abreu leva consigo, inconscientemente, o gérmen da futura empresa, que com a circunnavegação do globo há de coroar o ciclo épico dos descobrimentos. Um dos capitães da sua frota é Francisco Serrão. ¿Singular tipo de aventureiro, com exacerbações daquela ânsia do desconhecido, que é o fundo do carácter nacional, se me afigura esta personagem! Não é fácil resumir a complicada Odissea, que, desgarrando-o, suspeito que voluntariamente, da armada de António de Abreu, o leva, através de várias vicissitudes, naufrágios, combates, ardis, até às Molucas, de que António de Abreu se avezinhara na tangência de Amboino.

A essa paragem já haviam chegado rebates da glória alcançada pelos portugueses na conquista de Malaca, o mais rico empório do Extremo Oriente. A amizade dêles é solici-

tada como garantia de paz. Ninguém os quer por inimigos, tamanho é o terror com que atroam terra e mares. Mas ali, em Ternate, esse terror assume qualquer coisa de sobrenatural e sagrado. O velho rei da ilha tem fumos de profeta. Diz-lhe o seu oráculo que uns homens de ferro, vindos de remotas partes, alargariam seus domínios e lhes dariam segurança e prosperidade. Quando perante seus olhos surge aquele punhado de aventureiros, revestidos de armaduras, arrogantes e tisonados de sóis, ele julga chegado o cumprimento da profecia.

«¡ Os homens de ferro! » exclama. E rende graças ao seu deus da ventura que lhe concede antes da morte.

E assim, acolhido festivamente, espécie de Messias guerreiro, Francisco Serrão permanece cerca de dez anos, com raras intermitências, na ilha de Ternate.

Ora dêsse Francisco Serrão fôra matalote e amigo um cavaleiro, transmontano ou portuense, arguto e destemido, de nome Fernão de Magalhães. Os serviços por ele prestados no Oriente já preenchiam uma larga fôlha. Alistado na armada do Viso-rei D. Francisco de Almeida, estivera em Quiloa e Sofala. Tinha vindo de novo na armada de Diogo Lopes de Sequeira, a primeira que aportara a Malaca. Nesta conjuntura se haviam, ao que parece, apertado os vínculos de amizade, que o prendiam a Francisco Serrão, com uma dívida de reconhecimento. Do morticínio, planeado e começado a executar pelo gentio, salvara-se Serrão, graças talvez em parte à decisão de Magalhães. Depois, no turbilhão desencadeado pela actividade prodigiosa de Albuquerque, os dois matalotes tinham andado de conserva: juntos provavelmente no desastrado assalto de Calecut, onde Magalhães, ferido, se distinguira em façanhas, e com certeza na tomada de Malaca, depois da qual, voltando Magalhães para o reino, os dois se haviam apartado.

Quere-me parecer, que das práticas entre eles derivaria

para Magalhães a primeira inspiração, nebulosa ainda, do seu grande feito. Ambos repletos de nobre ambição, ambos ardendo em curiosidade científica, estão-os vendo a perscrutar os oceanos, a consultar os indígenas, a interrogar os astros para o conhecimento global da Terra. Afigura-se-me que não seria estranho a estas conferências um parente de Magalhães, que, tendo ido para a Índia na segunda armada de Vasco da Gama, ali se conservara desde então, e n serviços que não estão claramente explanados, e aproveitando os seus vagares para aprender os idiomas do Oriente, respigar todas as notícias de geografia e etnografia oriental, compôr a mais completa colectânea que sôbre tão vasta matéria se elaborou até os seus dias. Do nome do seu autor se chama essa obra *Livro de Duarte Barbosa*, espécie de cinematógrafo colossal que faz passar pela vista do leitor todas as nações que se acumulam nas orlas litorais, desde o Cabo da Boa Esperança até aos confins da moderna Oceania. É do conciliábulo dos três, suponho eu, que se origina a idea de investigar a situação das ilhas de Maluco, hoje as Molucas, relativamente ao meridiano de demarcação entre as coroas de Castela e de Portugal. É, sem dúvida, para deslindar esse problema que Francisco Serrão, encorporado na expedição de António de Abreu, se vale dos incidentes da viagem para alcançar Ternate; ao passo que Magalhães regressa à Europa, decerto já no intuito de alcançar meios para o prosseguimento cabal desse plano.

Através dos mares, entre regiões antípodas, os dois mantêm uma aturada correspondência. Zeloso de alcançar glória, Francisco Serrão encarece a distância que o separa das últimas conquistas de Portugal, insinuando portanto que o seu actual paradeiro se encontra já dentro dos limites concedidos a Castela pelo pacto de Tordesillas. E Magalhães vai amadurecendo o seu projecto, em Azamor aonde segue na expedição conquistadora do Duque de Bragança, no reino para onde

volve sob o pêso de uma acusação infamante, outra vez em Azamor onde é obrigatória a sua presença para dar contas à justiça.

Recolhe finalmente ao reino, ilibado de toda a culpa, mas ressaibiado e descontente, estropiado, demais a mais, em consequência de uma lançada numa perna. Renova junto do rei os incessantes pedidos, já anteriormente formulados e em parte deferidos, para aumento de sua moradia. D. Manuel não lhe dá ouvidos. É talvez injusto. Os serviços de Magalhães mereciam porventura mais avultada recompensa do que o diploma de fidalgo escudeiro e a pensão de 17850 réis. E a escusa do monarca fortalece em seu ânimo a concepção a que os seus escrúpulos patrióticos não permitiam dar vulto.

Tem nas mãos a correspondência de Serrão, da qual depreende, bem ou mal, o direito de Castela; conhece e possui o manuscrito do seu parente Barbosa, que esclarece os problemas geográficos do Oriente.

Novo incentivo se lhe depara, na pessoa de um visionário ensopado em sciências cosmográficas e cabalísticas, meio astrónomo, meio astrólogo, chamado Rui Faleiro. Descontente também de el-rei de Portugal, que recusa aproveitar seus bons officios, Faleiro dispõe-se a colaborar activamente com Magalhães, ministrando-lhe elementos para solver o intrincado problema das longitudes.

Armas temerosas todas essas, que não chegam, segundo parece, a suscitar receios da côrte portuguesa. Silogismos luminosos que levam naturalmente o espirito de Magalhães à conclusão admirável, idêntica, mas revigorada scientificamente, àquela que inspirou Colombo: procurar as Molucas navegando da Europa para oeste; descobrir a passagem de sudoeste como os seus compatriotas Côrte Reais haviam buscado a passagem de noroeste; circundar o Novo Continente pelo seu extremo austral, como o seu compatriota

Bartolomeu Dias tinha, trinta e tantos anos antes, dobrado o extremo do antigo.

*

Posta a equação nestes termos, ocorre uma pergunta que, ao que me consta, ainda não foi formulada pelos historiadores. É o simples e rancoroso despeito que leva Magalhães a oferecer os seus serviços a um rei estranho, em detrimento da pátria? Todos concordam na afirmativa. A mim, parece-me que mais altas razões o impelem, e que o seu descontentamento é, sobretudo, um pretexto com que a discreta política inter-peninsular o obriga a mascará-las.

Os génios, absórtos num grande pensamento, são pouco acessíveis, em regra, aos rígidos ditames da moral comum, ou, por outra, violam-nos sem intenso remorso quando êles são estôrvo aos seus propósitos. Longe de mim justificá-los em absoluto. O mesmo seria que insinuar limpeza na bôca nefanda que há cousa de sete anos classificou os tratados internacionais de farrapos de papel. Mas a culpa atenua-se com a fôrça benéfica dos empreendimentos. Ninguém ousa hoje amesquinhar a figura excelsa do Infante D. Henrique, ensombrando-a com as desfalecências do amor fraterno, que foram uma das causas eficientes do crime de Alfarrobeira. De Cristóvão Colombo há quem proponha a canonização; e sem embargo o inclito genovês, intentando nova e fácil estrada para o Oriente, contribuiu para o decaimento da navegação mediterrânea, o que implicava a ruína da sua pátria.

Como o Infante de Sagres, como o descobridor da América, Fernão de Magalhães tinha no poderoso cérebro a obsessão de um sonho genial: a circunnavegação da terra. A sua realização representava para a ciência o conhecimento exacto do planeta, para o comércio universal a abertura de todas as vias marítimas, para a humanidade a confraternização de todas as raças. Para atingir êsses fins transcenden-

tes, não podia Portugal dar-lhe os meios precisos. A navios portugueses era impossível, sem quebra de solenes compromissos, ou sem risco iminente de sanguinolentos conflitos, sulcar os páramos oceânicos, em que anos antes o orgulhoso Balboa havia implantado o estandarte de Castela. Era pois mister que Magalhães afogasse na consciência os clamores do patriotismo, para poder consumir com a sua façanha a plena dádiva do globo, arrancada pelos portugueses ao Mistério para usufruto da Humanidade.

Asseverar que o procedimento de Magalhães, atraçoando os deveres para com seu rei e sua pátria, não lhe empana o carácter, fôra indulgência excessiva, sobretudo num tempo como o nosso. Para os homens de hoje, o ideal da pátria é a suprema fôrça coesiva susceptível de contrariar a desagregação social, que o fero egoísmo das classes activa funestamente. Para os portugueses do século XVI, essa chama precisava atear-se sem cessar, para que a sombra imensa de Carlos V não alastrasse de negrume o acanhado território de Portugal.

Mas, para o delito de Magalhães, existem, como já disse, poderosas atenuantes. Muito mais condenável seria êle, se, admitido o consenso geral, o atribuíssemos simplesmente a mesquinhos interesses materiais. Não é crível que a recusa de mais meio cruzado de moradia movesse a tão grave passo o alto espírito de Magalhães. Se para a sua determinação influíu a vindicta do orgulho ferido, penitenciemo-nos, portugueses, pelo tacanho pendôr de maledicência e de inveja, que não raro, ¡ai de nós! mingúa a nativa nobreza do carácter nacional.

Como quere que seja, os dois apaniguados, Magalhães e Faleiro, escapos de Portugal, encontram-se em Sevilha com Duarte Barbosa, já regressado do Oriente. Diogo Barbosa, pai ou tio de Duarte, ali se domiciliara sob o patrocínio de D. Álvaro de Bragança, emigrado desde a catástrofe que

fizera rolar a cabeça do duque seu irmão. Pôsto que Diogo Barbosa houvesse prestado serviços nas armadas portuguesas, é de presumir o seu desapareço à pátria. Com sua família estreitou Fernão de Magalhães ainda mais os laços do parentesco, unindo-se pelo casamento à filha de Diogo. A casa dêste devia atrair os descontentes e os aventureiros foragidos de Portugal, mareantes na sua maioria; essa qualidade os indicava como futuros colaboradores da empresa ideada por Magalhães.

São êsses portugueses que formam, com efeito, o arcabouço da expedição, feita a expensas de Espanha. Todos os cinco navios, o maior dos quais não chega a 150 toneladas, levam pilotos portugueses. Há flamengos, italianos, franceses, um inglês até, entre os 265 homens da tripulação; mas nessa contribuição estrangeira, tirante o nome ilustre de Pigafeta, avultam sobretudo os portugueses, trinta e tantos, segundo Castanheda. Faleiro é excluído, ou pela sua emulação com Magalhães, ou porque a sua índole irascível, exacerbada pelas abusões da astrologia, o levou aos confins da demência. Mas destaca-se ali a figura eminente de Duarte Barbosa....

¿ Para que citar outros? ¿ Para que embrenhar-me no relatório, embora sumário, dessa viagem maravilhosa que deu aos homens a posse integral do planeta? E no entanto, tenta-me o espírito o desenrolar da formidável tragédia, que tem por protagonista Fernão de Magalhães, por teatro metade da circunferência da terra, por desfecho a morte sanguinolenta do herói às mãos dos selvagens de Matan, quando chegara ao ponto culminante da sua façanha....

Mas resisto à tentação, para não pôr à prova a indulgência dos meus ouvintes. Só alguns factos importantes para a minha tese eu desejo assinalar neste momento.

O primeiro é a traça da derrota projectada, feita sobre trabalhos de três cartógrafos portugueses: Pedro e Jorge

Reinel, e Diogo Ribeiro, este último ao serviço da Espanha. É ainda a ciência portuguesa que norteia a armada empavesada de leões e castelos, como é a alma portuguesa que dentro dela palpita.

¶ E como ela tem de lutar desesperadamente, essa alma de energia e de sonho, contra as insídias, os desfalecimentos, os feros ciúmes, nascidos na gente da própria nação a quem dá alento! É mister que Magalhães, na pertinácia da sua fé, abafe todos os sentimentos de piedade, e se arme de férrea crueza para conjurar traições e sufocar rebeldias. Gorado ficaria porventura o temerário empreendimento, se o capitão-mor não recorresse ao núcleo escolhido dos seus compatriotas para preencher os postos de confiança, vagos pela deserção ou pelo castigo. E para que não me atribuam patriótica cegueira e propósitos de agravo ao carácter cavalheiresco dos nossos irmãos peninsulares, eu acrescentarei que até entre esse grupo de portugueses houve quem, duplamente desleal, se conluiasse com os inimigos de Magalhães.

¶ Mas a inspiração portuguesa, na armada, já dizimada após a travessia gloriosa do Pacífico, sobrevive ao imortal chefe trucidado numa ilhota obscura da Oceania. Reconhecem-na os espanhóis, sem embargo da rivalidade nacional, elegendo para seus chefes dois compatriotas nossos, Duarte Barbosa e João Serrão, e, depois do morticínio de Zebu, outro português, o piloto João Carvalho. Só nas águas já conhecidas da Sunda, eles ousam confiar o comando das duas náus restantes a naturais seus, o castelhano Gomez de Espinosa e o biscaíno Sebastião Del Cano. Ao primeiro faltou, se não a audácia, talvez a perícia, para levar a cabo o seu intento: regressar às costas ocidentais do Novo Continente através dos páramos já sulcados do Grande Oceano. Quanto a Del Cano, seguindo, na nau predestinada com o nome radiante de *Vitoria*, a esteira traçada pela torna-viagem dos portugueses, teve a fortuna de ultimar a colossal empresa de Ma-

galhães, e de inscrever no seu brasão de fidalgo, em volta do globo, a sublime divisa: *Primus circumdidisti me*.

Os grandes iniciadores da admirável expedição, que cerra, pode dizer-se, o ciclo épico dos descobrimentos, êsses lá ficavam, esfarrapadas as carnes, pelas regiões remotas que haviam conquistado para a civilização.

*

Há quatro séculos, dia por dia, os rasgões abertos pelas azagaias selvagens davam saída ao excelso espírito de Fernão de Magalhães. E, como usa a Igreja para os mártires do cristianismo, é êste o dia que nós escolhemos, nós, os devotos da Sciência e da Humanidade, para glorificar a sua memória imortal. Curvemo-nos reverentes diante dela. Orgulhemmo-nos, portugueses, de que êsse sangue, vertido em Matan, fôsse gerado em terras de Portugal. Mas não esqueçamos aqueles que, portugueses também, se irmanaram com êle na concepção da extraordinária façanha.

Quatro dias depois da sua morte, a 1 de Maio de 1521, era cobardemente trucidado em Zebu o mais fiel companheiro de Magalhães, seu cunhado Duarte Barbosa, que lhe havia aplanado o caminho pela redondeza da terra. Pela mesma época, pouco mais ou menos, sucumbia aos efeitos da peçonha traiçoeira, na ilha de Tidore, o seu antigo matalote Francisco Serrão, que como um íman atraía para essas regiões de antípodas as náus exploradoras do grande mar-reante. Quanto a Rui Faleiro, singular mixto de sábio e de visionário, a quem um escritor mexicano atribuí decisiva influência no espírito de Colombo, êsse mergulhava acaso nas trévas da loucura, depois de haver fortalecido com suas doutrinas o ânimo audacioso de Magalhães.

Não repetirei agora os nomes, alguns dêles já incidentemente citados, de quantos portugueses contribuíram, como

cosmógrafos, como cartógrafos, como mareantes, como soldados, para o êxito da colossal empresa. Mas seja-me lícito, depois desta sumária exposição, repetir, já largamente fundamentada, a minha afirmativa de há pouco. É a alma portuguesa que palpita nessa expedição, à qual a Espanha apenas deu corpo. É a inspiração portuguesa que lhe dá vida e alento. É o espírito radioso da raça lusitana, pousado há um século em Sagres, como um farol a iluminar os mares, que abrange a terra inteira com um diadema de esplendor.

Vagamente sintetisa esta idea o próprio Camões, nos dois versos célebres:

O Magalhães, no feito com verdade
Português, porém não na lealdade.

É certo! Os vínculos que o ligam ao seu rei e à sua pátria, quebra-os violentamente Fernão de Magalhães. Mas o seu ressentimento, aliás talvez justificado, não por motivos de interesse vil, mas de menoscabado orgulho, não é mais do que a revestidura de uma ambição mais alta.

¿Quem poderá adivinhar o terrível conflito que lhe alcançou o coração heróico, antes que a sede sagrada da Verdade impusesse silêncio aos clamores maternos da sua terra?

¿Alma inquieta e sequiosa, quem ousará acabrunhar-te com os inflexíveis rigores de uma condenação póstuma? Prototipo do cavalheirismo espanhol, paladino lendário da cristandade, surge à nossa fantasia o Cid; e, no entanto, por simples despeito, seu forte braço arma-se no exílio contra seu natural soberano e em favor do nefando Mafoma. E tamanha aleivosia não lhe conspurca, aos olhos de seus devotos, a gigantesca figura.

Mas não é a naturalidade corpórea de Magalhães que nós corroboramos, pois ninguém há que a conteste. O que cumpre ao nosso orgulho patriótico reivindicar é o portuguesismo

essencial do seu feito. Ele não poderia levá-lo a cabo, à semelhança de Colombo, de Cadamosto, de António de Noli, de Américo Vespuccio, se a ciência e o exemplo dos portugueses não lhe houvessem insuflado o espírito. Por essa inspiração suprema e pelos seus colaboradores primaciais, a sua extraordinária viagem está integrada na epopeia marítima de Portugal.

É isto tão justo como confessar que a obra de Velasquez, oriundo de portugueses, é essencialmente espanhola, ou que a obra de Marcos Portugal, nascido entre nós, é essencialmente italiana.

Gloriemo-nos, portugueses, dêsse feito, que acabou de descerrar os novos horizontes da História. Há quatro séculos, em 1521, no momento em que Lutero, em Worms, soltava as asas à razão humana, o português Magalhães ultimava a conquista do planeta para a Humanidade, conquista iniciada um século antes pelos seus compatriotas.

É o fim de uma aurora, o comêço de um dia esplêndido.

O sol, de ora avante, ao circundar o orbe, percorrerá um zodíaco fulgurante, cujos inumeráveis signos são memórias de Portugal.

HENRIQUE LOPES DE MENDONÇA.